

# I N F O R M E CORECOM

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • Nº 34 • Dezembro • 1991

## ENTREVISTA

ARTHUR CANDAL

“Centenas de grupos defendem seus interesses. A crise, no fundo, é cultural. E é também uma crise do Estado.”

Conselho elege três monografias para o prêmio do ano de 1991

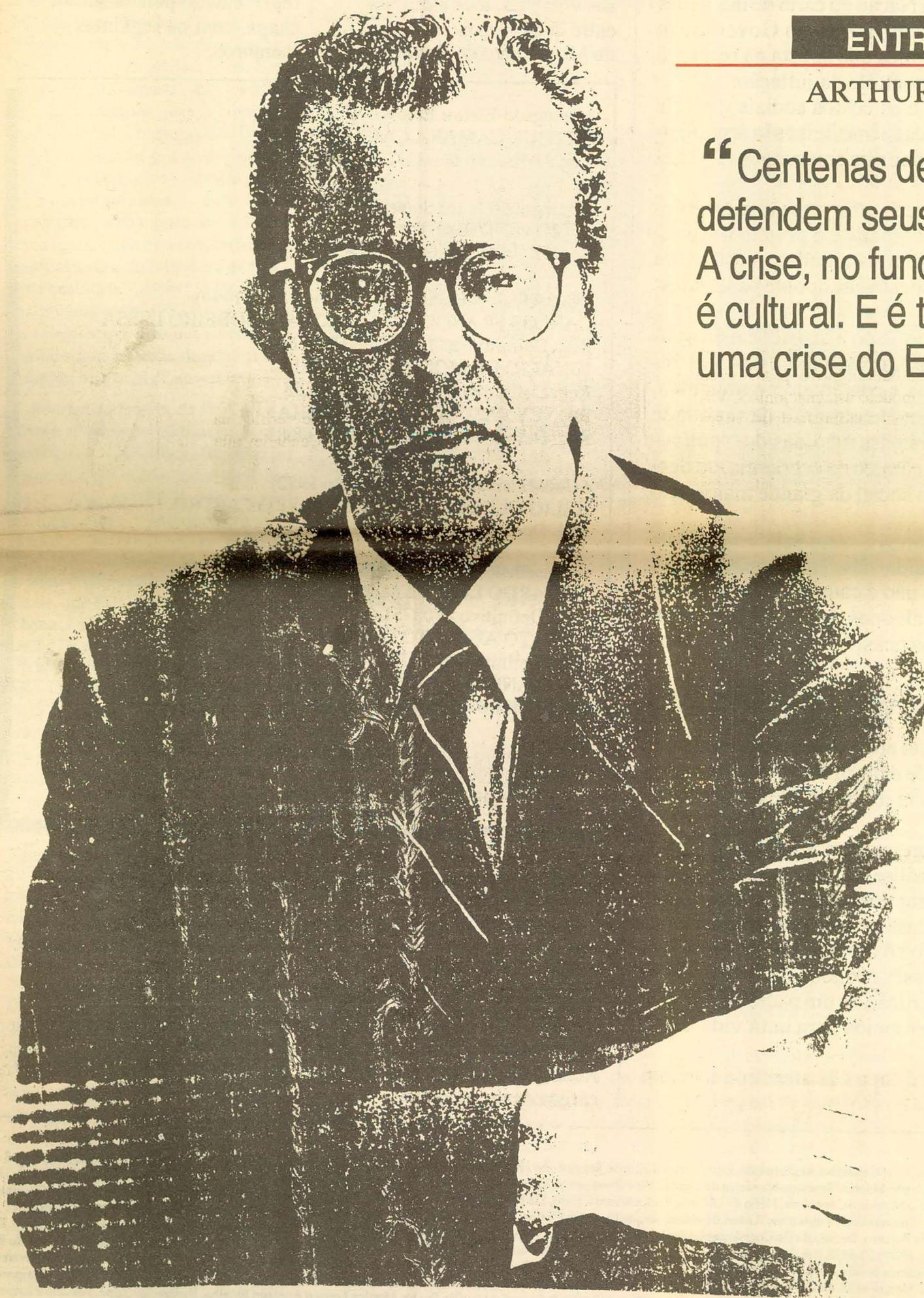
Página 3

Bacha estima que estabilização terá 50% de chances

Página 4

Entre outubro e dezembro, CORECON debateu o momento atual

Páginas 8 a 12



**A**pós as atribuições do mês de novembro, quando o dólar e as expectativas inflacionárias sinalizaram um desastre hiperinflacionário ou, ainda, uma hiperinflação administrada na forma de um novo plano econômico, a equipe econômica encerra o ano festejando uma inflação de 25%.

A mensagem presidencial à Nação e a carta de intenções enviada ao FMI explicitam a estratégia do Governo em manter a atual política econômica que aposta na recessão como instrumento eficaz de controle da inflação.

Os resultados alcançados e os custos sociais visíveis que tal política impõe à sociedade brasileira são argumentos evidentes e eloqüentes de que esta empreitada não chegará a bom termo.

A confusão sistemática entre as reformas estruturais necessárias à recuperação da economia e o projeto neoliberal, que se pretende reordenador da atividade econômica no longo prazo, é um outro aspecto que aponta para a mesma conclusão.

Só pode ser vista com pessimismo a insistência da política vigente em ater-se à estratégia escolhida. Antes de representar clareza de objetivos e coerência programática, revela, sem dúvida, ou desconhecimento da realidade complexa que preside por trás das medidas do "policy-maker" o comportamento dinâmico da economia, ou descompromisso com a situação social da grande maioria do povo brasileiro.

O momento que atravessamos é sério pela urgência de medidas que apontem uma saída viável para nosso país. A manutenção desta crise, que não é causada pelo governo, mas que se nutre de seus equívocos, tende a inviabilizar, com o passar do tempo, até as possíveis soluções ainda ao nosso alcance.

A cobrança que, corretamente, a Nação faz no momento deve transcender o Executivo. Na realidade, não só o Judiciário e o Legislativo devem atuar no sentido de enfrentar esta crise no que ela tem de mais profundo, como todos os setores da sociedade devem mobilizar-se para tal tarefa.

Em um momento em que presenciamos a desestruturação de importantes Estados, a análise da política internacional nos deve incentivar a enfrentar nossos problemas sem perdermos as perspectivas de construir uma grande Nação.

Esta tarefa pressupõe não só a manutenção de nossas fronteiras e de nossos interesses econômicos de forma soberana, mas também a construção de um padrão de desenvolvimento capaz de prover meios para uma vida digna para todos os brasileiros.

O projeto neoliberal não é capaz de atender a nenhum desses objetivos.

## Chapa Um vence eleições no Rio

As eleições para renovação do 3º terço do CORECON-RJ, realizadas no dia 31 de outubro de 1991, além de mobilizar um número maior de profissionais nas votações, teve a disputa entre duas chapas: a número 1, do Movimento de Renovação

dos Economistas, e a número 2 — Mobilização e Participação. A categoria optou pelo Movimento de Renovação dos Economistas, representado pela primeira chapa, com os seguintes membros:

• Delegado-Eleitor Efetivo:  
ARTHUR CAMARA CARDOZO  
Reg. Definitivo nº 08331 de 27.02.76

• Delegado-Eleitor Suplente:  
JULIO DINIZ BASTOS PINTO  
Reg. Definitivo nº 08293-7 de 17.02.76

• Conselheiros Efetivos: (Mandato 1992 a 1994)  
CARLOS FRANCISCO T. MACHADO RIBEIRO LESSA  
Reg. Definitivo nº 1313-7 de 13.04.60  
IGNÁCIO DE MOURÃO RANGEL  
Reg. Definitivo nº 00820 de 01.09.58  
SIDNEY PASCOUTTO DA ROCHA  
Reg. Definitivo nº 13763-4 de 17.08.83

• Conselheiro Efetivo: (Mandato 1992)  
HELIO OLIVEIRA PORTOCARRERO CASTRO  
Reg. Definitivo nº 5670-7 de 10.05.72

• Conselheiros Suplentes: (Mandato 1992 a 1994)  
EDUARDO LUIZ DE MENDONÇA  
Reg. Definitivo nº 08751-3 de 27.07.76  
RENATO AUGUSTO DA MATTA  
Reg. Definitivo nº 4471 de 21.01.70  
ALEXANDRE BAPTISTA FREIRE  
Reg. Definitivo nº 4512-8 de 12.06.70

• Conselheiro-Suplente: (Mandato 1992)  
LIA HASENCLEVER  
Reg. Definitivo nº 15056-8 de 29.04.85

## Cofecon escolhe nova presidência

Reunidos nos dias 11 e 12 de dezembro de 1991, no Rio de Janeiro, os membros do Conselho Federal de Economia (COFECON) escolheram José Moraes Neto e João Policarpo Rodrigues de Lima para os cargos de presidente e

vice-presidente, respectivamente, para o ano de 1992.

A cerimônia de posse será realizada, em conjunto com o CORECON-RJ, no dia 13 de janeiro, às 18h30, no Clube de Engenharia.

## INFORME CORECON

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/1º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054. Tel.: (021) 224-0578, Ramais B-3 e B-4. Presidente: Márcio Henrique Monteiro de Castro. Vice-Presidente: Maurício Buzanovsky. Conselheiros Efetivos: Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Cláudio Monteiro Considera, Hélio de Oliveira Portocarrero Castro, Lia Hasenclever, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araújo, Marcelino José Jorge. Conselheiros Suplentes: Airton de Albuquerque Queiroz, Carlos Augusto Callou, Elvio Valente, Eustáquio Reis, Ignácio de Mourão Rangel, José Carlos Negri, Renato Augusto da Matta, Rosa Maria Porcaro. Secretária de Coordenação: José Públio de Almeida Cunha. Secretária de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro. Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra. Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-8333. Biblioteca Eginardo Pires: bibliotecária Angela Peixoto. INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva, reg. MT-14109. Diretor Responsável: Alexandre Freire. Conselho Editorial: Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch. Coordenação e Edição: Frilas, Serviços Jornalísticos Ltda. Tel.: (021) 220-5444. Diagramação: Mariza Good. Secretária: Angela Peixoto. Editoração Eletrônica: Rama Artes Gráficas Ltda. (021) 262-9906. Fotografia: Murillo Rocha, Monica Leme e Antônio Batalha. Ilustração: Zope. Fotolito e Impressão: Jornal dos Sports. Tiragem: 20.000 exemplares. Periodicidade: Bimestral. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

# CORECON premia melhor monografia

Comissão se surpreendeu com qualidade dos trabalhos. Três premiados e 25 inscritos.

A segunda edição do Prêmio Conselho Regional de Economia RJ, patrocinado pelo Banerj e destinado a premiar os melhores trabalhos de conclusão de curso de graduação em Economia dos estudantes do Rio, reservou uma grata surpresa para a comissão examinadora das monografias. Dos 25 trabalhos inscritos por alunos de oito instituições de ensino — quatro públicas e quatro privadas — nove foram escolhidos, numa primeira seleção, como aptos à primeira colocação. “A maior parte dos trabalhos era de excelente qualidade”, disse Lia Hasenclever, professora da UFRJ e conselheira do Corecon que presidiu a comissão examinadora, na noite de entrega dos prêmios, no dia 28 de novembro.

Rodrigo Monteiro, da FEA-UFRJ, obteve a primeira colocação com a monografia “A Política Monetária no Plano Collor”. Kátia Cilene Medeiros de Carvalho, da UFF, ficou em segundo lugar com a “Introdução das Cadernetas de Poupança na Reforma Monetária do Plano Collor”. O terceiro lugar coube a Carlos Gustavo Perret Simas, da PUC-RJ, com o trabalho “Uma Análise Comparativa das Recentes Propostas de Renegociação da Dívida Externa do México e do Brasil”. Eles receberam, respectivamente, Cr\$ 472 mil, Cr\$ 236 mil e Cr\$ 118 mil, valores estabelecidos em setembro e reajustados até a data do pagamento com base na variação da TR.

Dado o excelente nível dos trabalhos, a comissão examinadora decidiu conceder outros três prêmios, na categoria “Menção Honrosa”, sem premiação monetária. Foram agraciados com a ‘Menção’ Carla Schultz de Carvalho Pereira, da Faculdade Cândido Mendes, com a monografia “Absorção e Criação de Tecnologia: O Caminho para Redução da Dependência Tecnológica na Indústria Petroquímica Brasileira”; Eduarda Cunha De La Rocque, da PUC-RJ, com “Moeda: Fatos e Controvérsias”, e Margarida Aleiva De La Riva, da Faculdade Cândido Mendes-Campos, com a monografia “Análise da Influência do Número do Cortes sobre o Rendimento Agrícola da Cana-de-Açúcar na Região de Campos (RJ)”.

O presidente do Corecon, Márcio Henrique Monteiro de Castro, disse que o alto nível dos trabalhos apresen-



Integrantes da comissão divulgam os nomes premiados.

**“Pensava em ser médico. Agora, vejo que o curso preencheu minhas expectativas”**

Rodrigo Monteiro

**“Pretendo fazer uma tese para a área macro. Agora, quero estudar mais”**

Kátia Carvalho

**“O México é a primeira proposta do Plano Brady a dar certo”**

Carlos Simas

tados demonstra que as mudanças na estrutura curricular das escolas de Economia, iniciadas em 1985, começam a mostrar resultados. “Num momento em que a profissão de Economista está sendo tão criticada, é um prazer conhecer os talentos da nova geração”, afirmou Márcio.

Inflação e Estrutura Industrial foram os temas abordados por 60% dos trabalhos apresentados. Nove monografias versaram sobre Inflação: três analisaram aspectos da teoria monetária, três detiveram-se sobre os efeitos da inflação na estrutura de preços relativos e outros três investigaram aspectos relacionados à política monetária. Dos seis trabalhos que tiveram como tema a Estrutura Industrial do país, cinco analisaram aspectos relacionados à concorrência e à competitividade dos setores industriais e um, aspectos da política industrial.

Os 10 trabalhos restantes tiveram como temas a dívida externa, política

cambial e comercial, ordem econômica internacional, planejamento macroeconômico, contas nacionais, economia brasileira, teoria econômica e pensamento econômico.

Rodrigo Monteiro, 22 anos da FEA-UFRJ, levou 15 meses para elaborar a monografia “A Política Monetária no Plano Collor”, com a qual arrebatou o primeiro lugar. “Sempre tive grande interesse pelo assunto”, disse ele, que teve o professor Fernando Carlos de Cerqueira Lima como orientador.

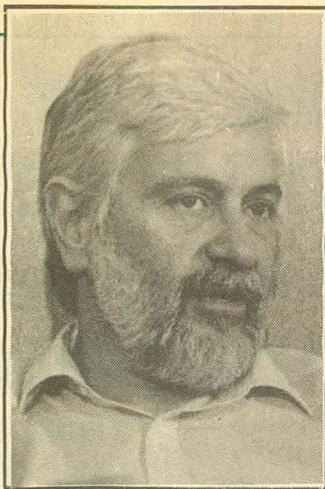
Rodrigo está de mudança para Brasília, onde já trabalha como consultor do Programa das Nações Unidas no Ministério do Trabalho e Assistência Social.

Ele decidiu ser economista apenas um ano antes de ingressar na faculdade. “Pensava em ser médico”, afirmou ele, que avaliou seu curso como “dentro das expectativas”.

Kátia Cilene Medeiros de Carvalho, 23 anos, da UFF, autora da monografia “A Introdução das Cadernetas

na Reforma Monetária do Plano Collor”, decidiu continuar os estudos antes de aventurar-se no mercado de trabalho. Ela vai fazer o mestrado na própria UFF, e “provavelmente” orientará sua tese para a área macroeconômica. O orientador de seu trabalho de conclusão da graduação foi o professor Marcelo Costa Neri. Kátia considerou que seu curso lhe proporcionou “uma boa formação”.

Carlos Gustavo Perret Simas, 21 anos, da PUC-RJ, escolheu o México como parâmetro para sua monografia — “Uma Análise Comparativa das Recentes Propostas de Renegociação da Dívida Externa do México e do Brasil” — por ser aquele país “a primeira proposta do Plano Brady a dar certo, com uma dívida externa semelhante em tamanho à do Brasil, e a proposta brasileira de renegociação da dívida deverá ser bastante parecida com a mexicana”. Ele trabalha no Banco Icatu de Investimento.



Edmar Bacha, um dos autores do Plano Cruzado e opositor das práticas econômicas adotadas a partir do governo Collor, acredita, agora, que as perspectivas não são tão pessimistas. Neste artigo encomendado pelo CORECON ele mostra porquê.

# Desastre: só 20% de chances

1. A estratégia econômica de curto prazo do Ministro Marcílio parece apoiar-se em dois tripés, um interno, outro externo.

2. Internamente, trata-se, em primeiro lugar, de exercer uma política monetária de juros elevados, como forma de manter a inflação sob controle temporário, e também de se conseguir evitar ataques especulativos sobre as reservas cambiais do Banco Central.

3. Em segundo lugar, trata-se de prosseguir no programa de privatizações — agora já com quatro leilões efetivados —, como forma de mostrar a capacidade do governo de executar reformas estruturais amplamente reclamadas.

4. A terceira perna do tripé interno é a mais importante: trata-se de fazer passar no Congresso, antes de 15 de dezembro, uma reforma fiscal de emergência que contemple um aumento da arrecadação, no ano que vem, da ordem de US\$12 bilhões. Essa reforma, junto com uma elevação média de 15% em termos reais, das tarifas públicas no ano que vem, garantiriam a obtenção das metas fiscais para 1992, embutidas no proposto acordo com o FMI.

5. O tripé externo começa justamente com esse acordo sobre política de estabilização com FMI, condição necessária para se fecharem, a seguir, os acordos de reestruturação da dívida externa com o Clube de Paris e

os bancos comerciais — os quais são os dois outros componentes do tripé externo.

6. Nisso consiste a estratégia. O seu período crítico de execução vai de aqui até o final de janeiro, podendo prolongar-se até março. As pedras no caminho são três: (1) o Congresso não aprovar um pacote fiscal na dimensão requerida; (2) uma aceleração inesperada da taxa de inflação que provo-

que uma nova corrida ao dólar; e (3) o anúncio de quebras de empresas importantes em São Paulo, forçando o Banco Central a fazer operações de salvamento. As dificuldades são patentes, mas menos ameaçadoras que há um mês atrás.

7. A esta altura, a estratégia de curto prazo do Ministro Marcílio tem 50% de chances de ser bem sucedida. Caso seja, a inflação se estabiliza entre janeiro e

março nas alturas dos 25% ao mês. Caso seja mal sucedida, haverá a ameaça de uma hiperinflação.

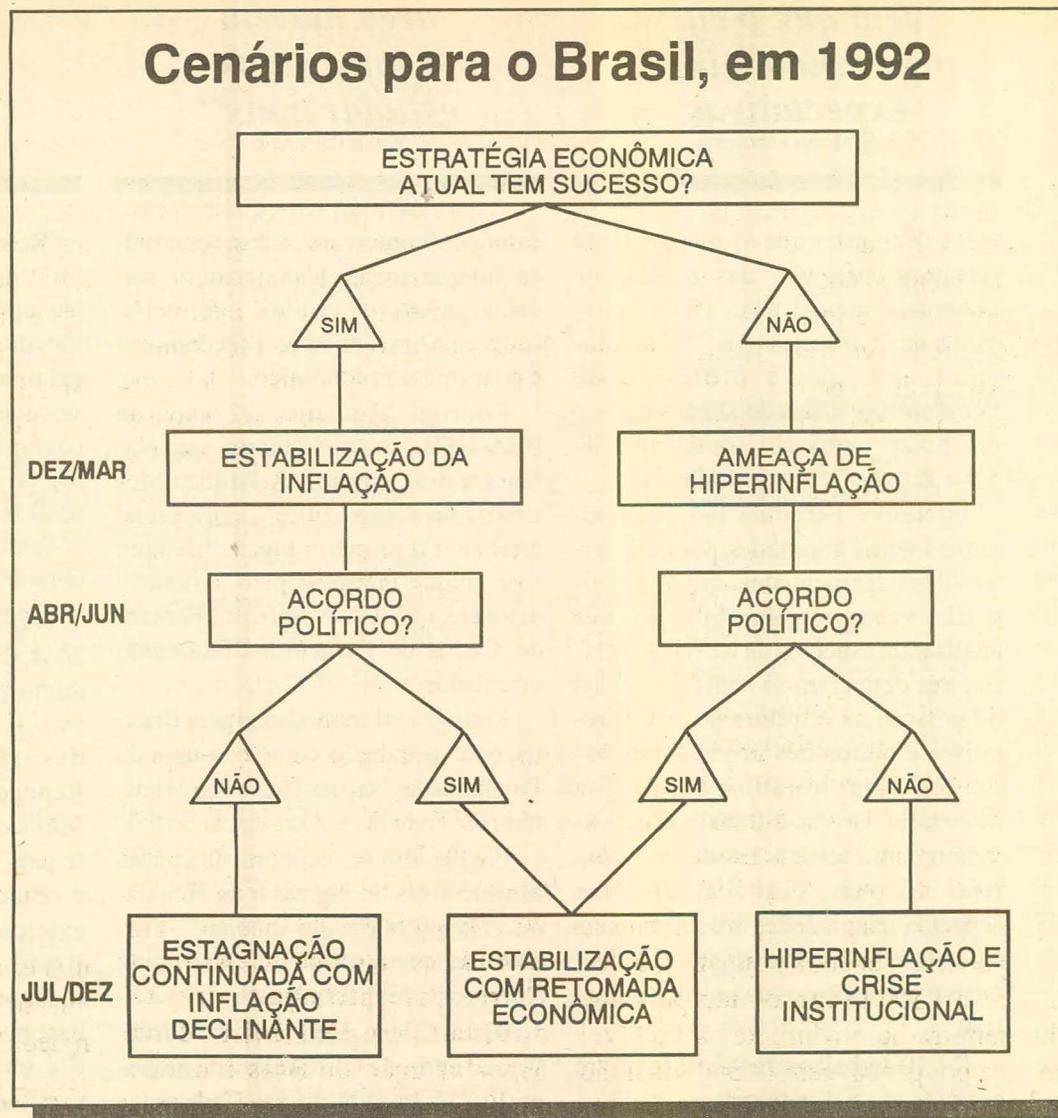
8. A partir desse ponto, para se desenhar um cenário para 1992, a variável crítica deixa de ser econômica e passa a ser política. A questão que se coloca para o período de abril a junho é se haverá ou não um acordo político entre o Presidente e o Congresso, não só para a passagem de legislação que

garanta um ajuste fiscal permanente (incluindo aí a revisão constitucional), mas também para a reforma ministerial. Esse acordo poderia ser feito, ou mais à direita, com o “centrão” (ou seu sucessor, o BEM), ou mais à esquerda, com o PMDB-do-Fleury e o PSDB.

9. Caso a inflação se estabilize entre janeiro e março, o mais provável (com 60% de probabilidade, na nossa avaliação) é que o Presidente Collor prefira não dividir seu poder com grupos parlamentares poderosos. Nesse caso, viveríamos o resto de 1992 e provavelmente também 1993 em ritmo ‘peruano’, experimentando uma continuada estagnação, porém com a inflação pouco a pouco declinando.

10. Caso a inflação não se estabilize entre janeiro e março, a maior probabilidade é que o Presidente Collor se predisponha a fazer o acordo político (de novo, com 60% de chances, em nossa avaliação), daí então resultando a real possibilidade de repetirmos a bem sucedida experiência de estabilização mexicana, com a inflação caindo rapidamente e a economia podendo retomar sua trajetória de crescimento já em 1993.

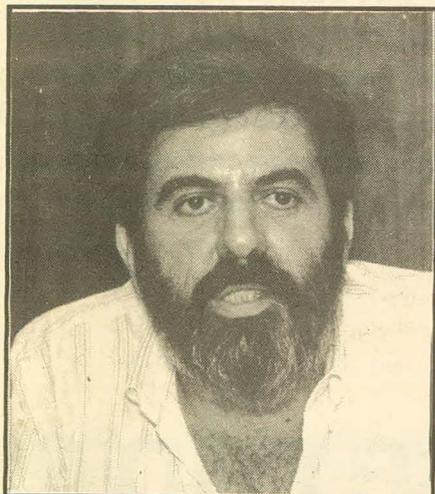
11. Resta, com 20%, a probabilidade do desastre. Nem a inflação se estabiliza, nem o acordo político se firma. Aí seguiríamos a rota da hiperinflação e da crise institucional.



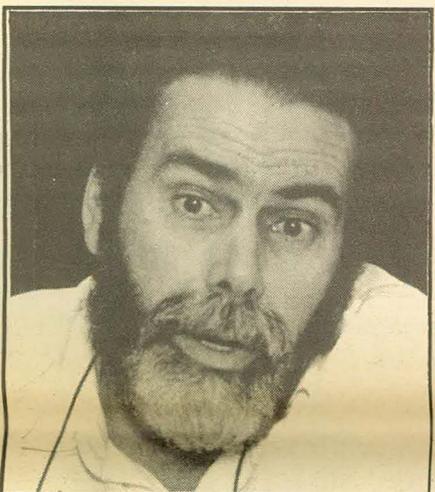
Economistas afirmam que Reforma Administrativa não enxugou folha de pagamento e ainda suprimiu verbas destinadas a financiamento de estudos e pesquisas.

## Reforma não alcança meta e gera paralisia

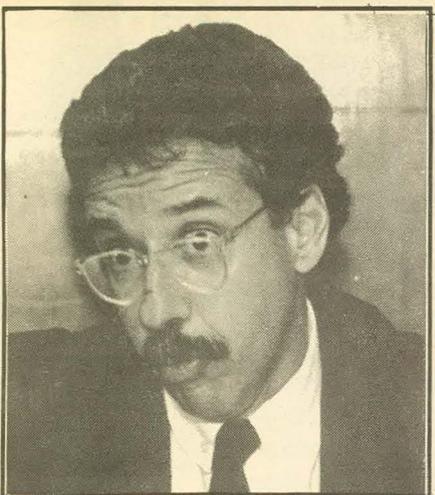
Eduardo Mendonça, do IBGE  
"Orçamento para a realização do censo foi reduzido"



Renato Da Matta, da Finep  
"Verbas para pesquisa não permitem ingresso no Primeiro Mundo"



Edson Nunes, do Ipea-RJ  
"Governo confunde planejamento com estatismo"



Quais foram os efeitos da Reforma Administrativa do governo Collor no setor público? Para fazer essa avaliação, o CORECON reuniu representantes do IBGE, da Finep e do Ipea-RJ num debate, no dia 12 de dezembro. Eduardo Mendonça, presidente da Associação de Funcionários do IBGE; Edson Nunes, do Ipea-RJ e ex-presidente do IBGE, e Renato Da Matta, economista da Finep, pintaram um quadro desalentador. Eles demonstraram, em suas intervenções, que a Reforma Administrativa não só não atingiu sua meta principal, de enxugar a folha de pagamento da administração direta, como prejudicou enormemente os órgãos responsáveis por estudos e estatísticas, além de suprimir, de forma violenta e sem qualquer planejamento, as verbas destinadas ao financiamento de estudos e pesquisas na área de ciência e tecnologia.

A tentativa de modernização preconizada por Collor redundou em semiparalisia para institutos e fundações ligadas ao Estado, e num intrincado problema trabalhista. Funcionários demitidos sumariamente, como na Finep, estão recorrendo à Justiça com base no último acordo trabalhista, que prevê dispensas somente após a formação de inquérito administrativo. "A Finep está com um passivo trabalhista monstruoso", diz Renato Da Matta. Além do contencioso, a Finep, maior agência de financiamento do país, que destina verbas às

Universidades, institutos de pesquisas e empresas, recebeu apenas Cr\$ 8 bilhões em 1990. "Em 1989, os Estados Unidos destinaram US\$ 144,8 bilhões à pesquisa e desenvolvimento; o Japão gastou US\$ 57,9 bilhões. Não será dessa forma, certamente, que o Brasil vai ingressar no Primeiro Mundo", completou Da Matta.

No IBGE, segundo Eduardo Mendonça, a situação é dramática. O orçamento elaborado para a realização do recenseamento — que inclui, além do censo demográfico, o censo industrial, comercial, agrícola, rural — foi reduzido pelo governo, sem discussão, de Cr\$ 29 bilhões para Cr\$ 800 milhões. A justificativa para um corte dessa ordem, afirma Mendonça, foi de que "era preciso colocar alguma verba na rubrica para tentar, depois, a liberação de mais verbas", que nunca apareceram. "O IBGE tentou articular um projeto de produção estatística na década de 70, até início da década de 80, mas hoje não consegue atuar como coordenador da produção de estatísticas do país, não interage com outros agentes da sociedade que lidam com dados e está continuamente perdendo seus profissionais, que optam pela iniciativa privada ou pela continuação de seus estudos no exterior. O maior salário do IBGE, atualmente, para um profissional de nível superior em fim de carreira, não passa de Cr\$ 623 mil", disse Mendonça.

Nunes criticou a postura do gover-

no, que confunde planejamento com estatismo e, por isso, tomou medidas tão desastrosas, que têm como resultado o desmantelamento de órgãos capazes de fornecer subsídios para que o Executivo trabalhe "tentando diminuir os riscos, as incertezas, aprendendo com os erros e, então, fazendo novos ensaios, o que vem a ser exatamente o planejamento". Dados do Ipea, publicados no livro "Perspectivas da Economia Brasileira para 92", mostram que o governo demitiu apenas 3.869 funcionários, e colocou 55 mil em disponibilidade, que continuaram a figurar na folha de pagamento. Os disponíveis deverão ser reabsorvidos. "E há ainda o contencioso gerado por essas medidas", diz Nunes.

Eduardo Mendonça classificou a Reforma Administrativa de "verdadeira estratégia de sucateamento das instituições públicas". Edson Nunes lembrou que o corte de verbas para educação e pesquisa coloca o país numa situação perigosa. "Não temos técnicos, não temos mão-de-obra para aguentar o tranco de uma economia aberta. Grandes empresas levam isso em consideração quando definem onde investir", afirmou ele. Renato Da Matta disse que o arrocho salarial está insuportável nas fundações e institutos ligados ao governo. "Em média, os salários, em termos reais, representam 19% do que se ganhava há dois anos".

## CONGRESSO

### Economistas discutem crise no IX Congresso, em SP

Num ano marcado pela realização de inúmeros seminários de economia, quase todos com pequeno engajamento da categoria, o IX Congresso Brasileiro dos Economistas se destacou por ampla participação e pela qualidade dos debates realizados.

Organizado pelas Entidades

dos Economistas do Estado de São Paulo, o Congresso reuniu no Palácio de Convenções do Anhembi, entre 19 e 22 de novembro, cerca de mil economistas que discutiram profundamente aspectos relevantes para a análise da situação econômica atual.

O encontro contou com a parti-

cipação de Carlos Luque, Luciano Coutinho, Bresser Pereira, Carlos Lessa, Dercio Munhoz, entre outros profissionais, e os debates se caracterizaram por explicitar a complexidade da atual crise brasileira e por revelar uma crítica profunda e equilibrada sobre a política econômica em vigor.

Em seu encerramento, o Plenário elegeu o Rio de Janeiro como sede do X Congresso Brasileiro de Economistas, que será realizado em 1993. O IX Congresso serviu, também, como pano de fundo para a reunião dos delegados-eleitores responsáveis pela escolha do novo terço do COFECON.

### Que diagnóstico você faz da crise brasileira?

— A crise brasileira é uma crise do Estado. O Estado está desestruturado. Vivemos um impasse: há centenas de grupos defendendo seus interesses, e ninguém quer abrir mão. Isso já acontece há muito tempo. A crise, no fundo, é cultural. Não há qualquer norma estável, é uma herança africana. São regras tribais, cada tribo se defende. Não há política estável e coerente. O país enfrenta uma alarmante queda de produtividade. Eu achava que não seria possível um período pior que o do Figueiredo, e está sendo pior. O que aconteceu de significativo na década de 80? Tivemos um crescimento do PIB do tipo espasmódico, esdrúxulo em relação ao mundo. Em que outro país você tem uma economia que cresce a mais 8%, menos 4%, mais 6%, menos 13%? É só o “stop and go” da política econômica ou tem algo mais? A participação da indústria no PIB caiu oito pontos percentuais na década, de 31% para 23%. O Estado passou de 6% para 10%, e o sistema financeiro passou de 7% para 19,5%. Com o seqüestro do Plano Collor, da Zélia e seu jardim da infância, caiu para 11,5% e já está em 15% novamente. E o que o Estado e o sistema financeiro produzem? Nada. O Estado não produz educação, saúde, transporte. Essa é a grande questão, o resto é retórica.

— Mas o governo não defende os interesses do setor privado? E o discurso de Collor acerca da modernidade, competitividade, ingresso no Primeiro Mundo? Quem detém a riqueza?

— O setor privado não tem onde se financiar. Quem está pagando a conta é a indústria. Ela paga, pagou e vai continuar pagando. É ela quem arca com 70% da carga fiscal, e participa com apenas 23% do PIB. E é a indústria moderna que tem maior carga fiscal. Eu só conheço um cara na administração pública favorável aos interesses privados, não digo o nome senão ele perde o emprego... O Banco Central é aliado do sistema bancário. Não acredito que o Estado esteja ligado ou defenda os interesses privados, senão não teria sacrificado tanto a indústria.

— Mas essa penalização da indústria não foi uma política intencional.

— Claro, ninguém tem como objetivo de política econômica desindustrializar, alguma coisa do tipo “vamos eliminar tal setor porque está emperrando”. Mas, veja só. Olha os juros sobre o PIB. No último ano de Figueiredo estavam em 6%, no final do governo Sarney estavam em 23%. No ano passado, com o seqüestro da liquidez absoluta, o spread ficou em 16%. Na Itália é 6,5%, e a Itália deve um PIB

*Uma reforma fiscal que amplie a base de arrecadação e reduza a carga, hoje concentrada principalmente na indústria, combinada com a redução e reordenação dos gastos governamentais. Essa é a medida mais urgente que o Executivo deve tomar, segundo o economista Arthur Pinto Ribeiro Candal, da Companhia Petroquímica do Nordeste, para contornar as distorções geradas ao longo do tempo. “Sem isso, o Estado não tem como se financiar, e vai continuar inflacionando a economia”, disse ele na entrevista feita pelo presidente e conselheiros do CORECON, para o Informe CORECON.*

## “Saída da crise não está n

inteiro. Claro que isso está associado ao crescimento da participação do sistema financeiro. Como é que caiu a participação da indústria de 31% para 23% e a formação bruta de capital caiu cinco pontos percentuais em termos reais, que você mede a preços constantes? Ou seja, o setor de bens de capital se aprimorou, via sistema de preços relativos, de 5% do PIB. E assim mesmo eles entregaram os pontos, imagine se não tivessem se apropriado. Tem algo esdrúxulo aí, que foge a qualquer padrão histórico de comparação. Isso é resultado da nossa administração, dos economistas. Se há um lugar do mundo onde os economistas tiveram importância, esse lugar é o Brasil. No Japão não tem nenhum. E não se compra de “gaijin”. Os preços no mercado internacional são muito menores, a tarifa é de 3%, e não se compra nada que não seja essencial. É cultural, não tem jeito.

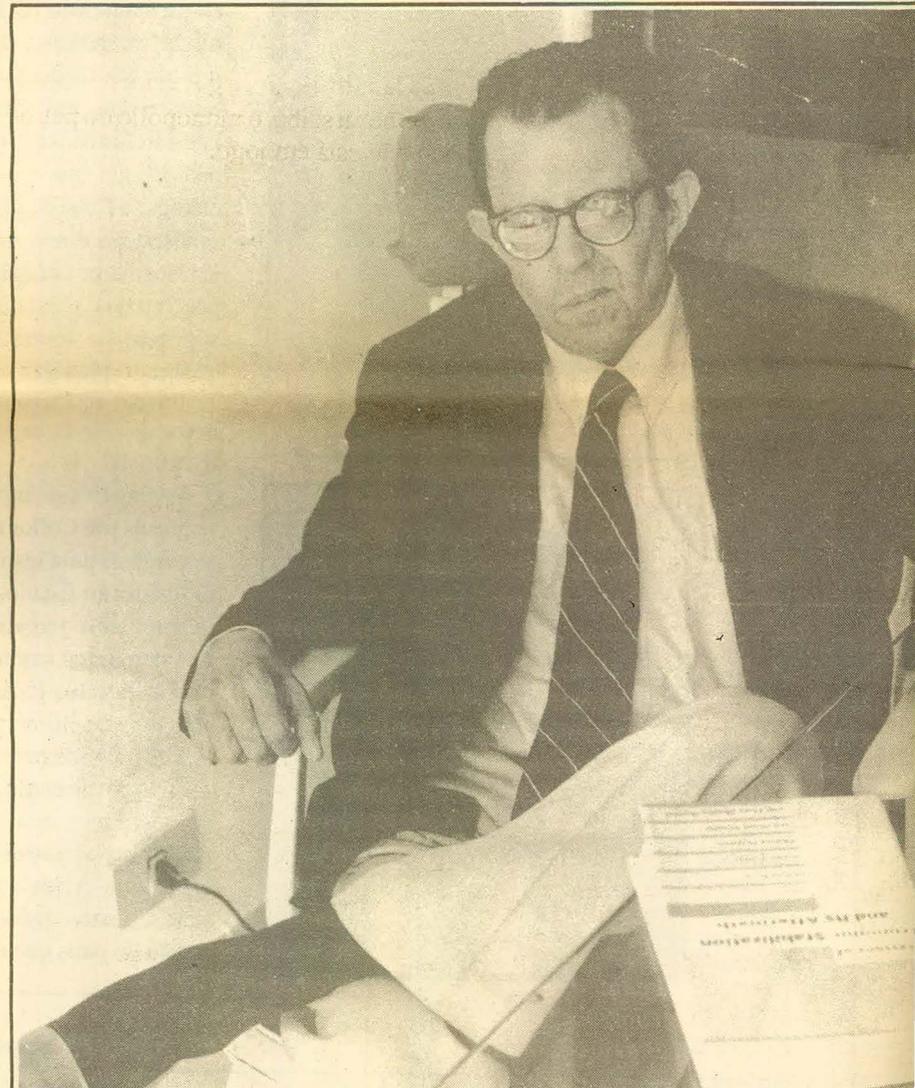
— Essa degradação pode ser depuração?

— Não, não é mesmo. Acho que o Brasil foi longe demais no processo de substituição de importações. Fechou muito a matriz e alguns setores foram longe demais, não se oxigenaram. O setor de bens de capital abocanhou 5% do PIB, foi longe demais. Esses setores tinham que ser depurados, como a indústria naval, a da informática. Mas o que está ocorrendo não é depuração seletiva, está mesmo indo para o pau...

— E o sistema financeiro?

— Também tem que diminuir. Em vez de ter 2.500 agências, o Bradesco pode ter menos, sei lá, 150. Tem que diminuir.

— O fato do Bradesco, por exemplo, comprar a Metal Leve, significa uma oxigenação? É um novo sinal, uma via de desenvolvimento?



Candal

— Isso é estratégia de sobrevivência dos bancos. Eles estão colocando os pés nas áreas real da economia. É uma garantia.

— Qual a diferença, então, da indústria naval para a indústria petroquímica nessa sua abordagem?

— A nossa indústria naval já foi longe demais, não tem competitividade. Com relação à indústria petroquímica, o problema é outro. Na reunião que houve em Brasília, na sexta-feira 13, para dis-

cussão do preço da nafta, chegou um momento em que eu disse: o que se discute aqui não é o preço da nafta, mas sim se teremos ou não indústria petroquímica. Não ter não é um grande problema, há muitos países que não têm. Moçambique não tem, nem o Zimbábue, nem Uganda, ou o Zaire. Neste momento até pode ser bom não ter, há um baita excedente lá fora, a preços marginais. Mas no primeiro boom, que deve começar em 1995, 1996 — isso aí tem uma regularidade — não vai ter

*Candal considera, ainda, que o estrangulamento do modelo de substituição de importações exige ajustes imperiosos. "Não é possível que a indústria, que responde por 70% da arrecadação fiscal do país, participe com apenas 23% do PIB, enquanto o Estado e o sistema financeiro, que nada produzem, têm participação crescente. Há setores que foram longe demais, é preciso diminuir e oxigenar. É o caso da indústria naval, da informática, do setor de bens de capital e do próprio sistema financeiro, que deve diminuir", afirmou.*

## As mãos dos economistas"

produto. Como o sistema industrial operará sem o produto?

— Você prevê uma retomada dos investimentos para a década de 90?

— Não haverá retomada. Com essa estrutura fiscal anacrônica, não é possível. O índice de sonegação chega a 60%, ou mais. Quem paga é a indústria e o setor financeiro. E chega a 52%, 58%, enquanto nos Estados Unidos não passa de 25%. É insuportável. O Estado não só não vai se financiar — vai continuar em déficit, inflacionando a economia — como não tem saída. Tem que haver uma reforma fiscal, uma redução e reordenação dos gastos. Mas a reforma fiscal vai contra os interesses de um monte de grupelhos, a começar pela Receita Federal. Agora, sem ela, adeus. Tem que haver um aumento de receita via ampliação da base e redução da carga. Os caras fazem o contrário, aumentam a carga e reduzem a base que, no limite, tende a zero. Os pagadores vão começar a migrar, vide a Argentina. O Estado brasileiro é muito mal administrado, e digo o Estado globalmente: o Judiciário, o Legislativo, todo o sistema legal, além do Executivo. O Estado tem que dar saúde, educação, justiça. Esta é sua função primária. Se não cumpre isso, não cumpre o resto. Como, ao longo do tempo, não consegui dar conta disso, também não deu conta do resto e houve deterioração. Veja só, por que a Alemanha e o Japão cresceram tanto no pós-guerra? É uma coisa importante: a guerra destruiu os grupos de pressão, de resistência às mudanças. No Brasil, o governo gasta em atividade-meio o que deveria gastar em atividade-fim. E volto a dizer que há o problema cultural, não há regras estáveis, o próprio governo as desrespeita.

— A questão do monopólio estatal do petróleo é uma delas. Está previsto na Constituição e o governo contesta.

— Que eu saiba, o monopólio do petróleo não está em jogo.

— Fala-se na volta dos contratos de risco?

— A Petrobrás não quer privatizar, quer estatizar. Colocando o preço da nafta nos níveis em que ela está propondo colocar... Como se avalia um setor que vai ter quatro anos de crise? Como se faz o *cash-flow*? Eu, que conheço relativamente bem o setor, não me arrisco a fazer uma avaliação. Nenhuma avaliação. Há empresas que valem exatamente zero. Outras, dadas são caras. Isso cria um problema psicológico. Como você vai entregar uma empresa que custou US\$ 800 milhões, US\$ 600 milhões, por US\$ 20 milhões ou US\$ 30 milhões? O problema é que ela vale isso mesmo. Quanto valeria, por exemplo, a Mafersa no mercado inteligente?

— Bem, do jeito que ela está, nada.

— Pois é, nada. E pagaram US\$ 50 milhões. Esse negócio de privatização num momento de crise louca fica complicado. O Brasil está numa encruzilhada, há um nó. Os grupos de pressão bloqueiam qualquer iniciativa, certa ou errada, nem entro no mérito da questão. É preciso ver que o PIB mais do que estagnar, deteriorou. E não está escrito em lugar nenhum que a crise tem, obrigatoriamente, uma solução. Acho que em 1992 vamos ter saudades de 1991.

— E a gestão do ministro Marcílio?

— Acho que ele está fazendo uma boa gestão, porque não tem muitas medidas. O resto, não. Não existe unicidade, o que é fundamental. Logo em seguida ao Plano Collor, eu viajei ao exterior — sem dólares, porque a situação estava tão ruim que a Copene me mandou, depois, uma remessa — e tentei expli-

car a um norte-americano o bloqueio das contas correntes. Ele não acreditou, acho até que me tomou por louco ou idiota. "Current account? That's illegal!". Pois é, numa equipe em que o mais velho tinha 42 anos de idade, não existe jeito de dar certo. Imagine um ministro no Japão com menos de 62 anos de idade. Deu no que deu. O pior é pagar tanto por um objetivo que não vai ser atingido. Se há um custo alto, mas com resultados, tudo bem. Mas sem perspectivas...

— Parece que a sociedade brasileira enveredou por um caminho muito individualista. As pessoas se preocupam exclusivamente com a sua situação, não há um sentimento de coletividade.

— O individualismo, em si, não é mau. Os norte-americanos são extremamente individualistas, mas têm um sentido importante de coletividade. Isso é cultural. É tribal. "Se estou bem, o resto que se dane". Outro dia um amigo me contou que a escola do filho provou, por A mais B, que seria impossível manter o nível dos professores sem aumentar as mensalidades, seria preciso demití-los e contratar outros, menos preparados. Ele afirmou não concordar, que não abriria mão do seu chope... Esse tipo de atitude é cultural.

— O que você acha dessa aventura do Mercosul?

— Bom, por enquanto está no piloto automático. Tem alguns defeitos sérios de concepção que ainda não foram examinados devido à rapidez do processo. Minha preocupação não é que o Brasil seja destruído pela Argentina, mas o contrário. Industrialmente, o Brasil, por pior que seja, é muito mais poderoso que a Argentina. A vantagem argentina é macroeconômica. A multinacional vai se localizar onde a carga fiscal for menor. Tem que ter

insumos. A indústria farmacêutica ameaça ir embora. Ela foi tão danificada quanto a do aço e a petroquímica. É preciso cuidado para não construir, ao invés de um instrumento de aproximação com a Argentina, um instrumento litigioso.

— E o Leste Europeu? Lá a situação está mesmo muito feia, não?

— Sem dúvida. Lá pode dar qualquer coisa. Eu morei na Polônia quase um ano, em 1966. O sistema deles, o Comecon, funcionava com 20 câmbios, 40 câmbios, suficientes para tornar competitivas quaisquer exportações. Criaram um monstro que agora está exposto às leis da competitividade. Não há referencial. Tem muito consultor lá ganhando dinheiro, ensinando como se calcula preço. Um produto tinha "n" preços. Por exemplo, você ia a uma farmácia, comprar um remédio. Dependendo do seu *status*, você tinha determinados descontos financeiros. Isso funcionava para várias coisas. Depois, tudo era compensado pelo Estado. Eles trabalhavam com uma grande caixa de equalização. O Brasil está numa situação muito parecida com a do Leste Europeu, eu acho. Menos grave, mas com alguns pontos em comum.

— E a receita para consertar?

— Não tenho. Não é um problema para economistas. É um problema político. E onde estão os políticos? Como você vai resolver se quem tem que resolver são os beneficiados pelo sistema vigente? Como se altera a regra de representação política, passando antes por quem é favorecido?

— Você acredita que o aprofundamento da crise vai levar a um crescimento da violência organizada, como os "arrastões" que aconteceram no Rio de Janeiro?

— O Rio tem uma situação diferente das outras metrópoles brasileiras. Vai haver uma degradação geral, global, nivelando por baixo, mas não acredito em violência organizada em todas as grandes capitais. No Rio pode haver, mas em São Paulo não, no Sul certamente não. Para destruir o centro de resistência às mudanças a que me referi vai ser muito difícil. Talvez a solução venha no bojo de uma crise muito séria. O Brasil passa por uma situação sem precedente histórico, e isso é muito ruim. Fica complicado, porque, no fundo, a história continua sendo uma grande agenda, melhor do que muitos instrumentos pseudo-científicos que se tem. Me diga como um país pode ter um Diário Oficial, com 200 páginas, saindo todo dia, menos aos domingos, só com atos do governo? Isso é único no mundo! Não tem saída fácil, não.

# Brasil fica dez anos sem investir

Falta de planejamento para projetos desenvolvimentistas gera conseqüências negativas

Retomada do desenvolvimento: responsabilidade do Estado ou da iniciativa privada? A questão, que nos últimos meses vem permeando as discussões sobre a reativação do crescimento econômico do país, foi tema do debate Momento Atual, realizado no final de outubro pelo CORECON e pelo Clube de Engenharia. O nível de estagnação em que o país se encontra, conseqüência da perda de uma década em termos de investimento, foi considerado grave pelos economistas Carlos Lessa, da UFRJ, e Ademar Mineiro, do Ibase, e pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro, Roberto Saturnino Braga.

Segundo eles, a inexistência de um planejamento estratégico com vistas à aplicação de projetos desenvolvimentistas trouxe sérias conseqüências para o

## Desenvolvimento gerou sociedade mais iníqua da história mundial

Brasil, que hoje vive o paradoxo de figurar como a oitava economia no ranking mundial, enquanto quase 40% de sua população vivem na mais absoluta miséria. O desenvolvimento industrial iniciado na década de 30, e que teve seu ponto alto nos anos 70, deu ao país uma taxa média de crescimento de 7% ao ano, diz Carlos Lessa, lembrando que essa foi a segunda mais elevada taxa de crescimento econô-

mico mantida num período de quase meio século em todo o mundo.

“Só a economia japonesa manteve num período maior de tempo uma taxa equivalente”, afirma. Mas, segundo ele, paradoxalmente o Brasil construiu uma das sociedades mais iníquas que se tem registro na história mundial. “Isso porque, na sua avaliação, o nosso foi um desenvolvimento “típico triturador de gente.”

O economista destaca que o Estado brasileiro de maneira pragmática e adoutrinária maneja todo e qualquer procedimento para levar à frente o desenvolvimento industrial. “Toda a intervenção do Estado na economia se deu a serviço da concentração de capital. Marca da nossa história: intenso dinamismo econômico e um fantástico atraso social”, afirma.

A crise atual do modelo econômico adotado na década de 30 é explicada por ele pelo excepcional êxito e pelo esgotamento desse mesmo modelo. “Fomos tão fantásticamente bem sucedidos nesses cinquenta anos de desenvolvimento industrial pesado, que esgotamos a segunda revolução industrial”, garante. E é exatamente porque as sociedades se esgotam em determinados padrões, que elas entram em crise, explica Lessa, lembrando “estagnamos e não conseguimos definir qual é o nosso projeto futuro de desenvolvimento.”

Com o esgotamento das potencialidades da segunda revolução industrial, resta ao Brasil partir para um novo modelo de desenvolvimento. Mas, para Lessa, não existe hoje qualquer indicação de qual será esse modelo. Às portas

da terceira revolução industrial, a chamada revolução científica tecnológica, o Brasil vive o dilema de não ter aparentemente um papel estratégico a cumprir nessa nova proposta.

A falência do último modelo e a total falta de perspectivas no que se refere a um modelo alternativo de desenvolvimento não são os únicos grandes problemas da economia brasileira. A tudo isso, diz Lessa, soma-se o total desmonte do Estado, principal agenciador do crescimento econômico mantido até o final dos anos 70. Ele afirma ser incoerente o discurso liberal, que prega a retirada do Estado da economia para abrir espaço ao desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde e da educação.

## É na crise que nascem soluções para o desenvolvimento

“Se o Estado sair dos projetos econômicos sem estruturar antes um projeto alternativo de desenvolvimento, simplesmente o que acontece é a atrofiação, a redução da base de contribuição fiscal, e de novo a área social não será atendida”, diz Lessa. Para ele, um projeto que tenha o social como ponto estratégico é um projeto que passe pelo desenvolvimento das forças produtivas e não pelo simples desmantelamento dessas mesmas forças produtivas.

Embora destaque a urgência da adoção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, o engenheiro Roberto Saturnino Braga não tem ilusões quanto à agilidade do retorno. “Acho de extrema importância delinear um novo projeto de desenvolvimento, mas temos que falar sobre esse projeto conscientes de que ele não vai dar resultado no curto prazo, que terá uma gestação demorada. Aliás, como foi o projeto desenvolvimentista dos anos 50”, diz ele, acrescentando que lamentavelmente o processo histórico é lento.

Na sua avaliação, a nação brasileira terá que ser tenaz para atravessar essa fase difícil. “Esse projeto vai frutificar durante esses anos de crise braba que já estamos vivendo e que temos toda razão para acreditar que no curto prazo vai se deteriorar ainda mais”, diz. No entanto, o ex-prefeito do Rio destaca que a crise tem à sua face criadora. “É na crise que nascem as soluções e são geradas as disposições para o desenvolvimento. Porque, no fundo, o desenvolvimento é uma disposição da nação”, argumenta.

Saturnino ressalta que a idéia do desenvolvimento está ligada, de um lado, a

uma política governamental e, de outro, a uma ética de trabalho e a um esforço que a nação em certos momentos se dispõe a fazer. “Mas, nesse momento, é necessário um esforço global para o desenvolvimento”, enfatiza. Com relação ao discurso liberal que prega a retirada do Estado da economia, ele diz concordar com a avaliação de Lessa.

Acreditar que a retirada do Estado da economia, ou que a mudança da natureza das funções do Estado vai produzir a retomada do desenvolvimento econômico é um enorme engano, um equívoco, afirma Saturnino. “Nós tivemos uma ideologia desenvolvimentista muito bem sucedida, que contaminou toda a nação”, acrescenta, lembrando que essa ideologia foi fundamentalmente baseada na intervenção direta do Estado no domínio econômico.

O engenheiro reconhece que, de tanto abrir mão de seus recursos a favor da iniciativa privada, o Estado acabou literalmente falido. “E, falido, perdeu toda a sua capacidade de investimento e foi gerado o impasse que está aí”, diz ele. A curto prazo, a solução é o debate e a rediscussão sobre o papel do Estado na retomada do desenvolvimento, com uma nova definição dos setores em que ele deve agir, afirma. Saturnino lembra ainda que será necessário reconstruir toda uma ética de justiça e de trabalho, capaz de motivar a população a promover o desenvolvimento.

Ademar Mineiro também destacou a necessidade da elaboração de um projeto de desenvolvimento que empolgue a população. Para ele, é fundamental a inversão da lógica de desenvolvimento que predomina no país. “Em toda a história do Brasil tivemos um desenvolvimento excludente. Inverter essa lógica é pensar, elaborar um projeto de desenvolvimento incluyente”, enfatiza.

Na sua avaliação, não existe atualmente um programa de desenvolvimento, “nem mesmo o tão propalado projeto neo-liberal”. Mineiro explica que um projeto de desenvolvimento não se traduz apenas pela construção prática, mas também por um bloco de forças políticas capaz de sustentá-lo. “Não existe hegemonia, não existe projeto, à medida que não há um bloco de força para a sua sustentação”, afirma, acrescentando ser essa uma das razões da crise brasileira, inclusive a da governabilidade do presidente Fernando Collor.

Ele também considera fundamental a discussão da questão democrática. “A democracia não é só um valor em si, mas o único sistema no qual será possível articular um bloco de forças políticas capaz de levar adiante um projeto incluyente, que contemple questões como a da distribuição de renda e a do patrimônio do país”, conclui.

## Anuncie no Informe CORECON

O “Informe CORECON” é lido por mais de 16.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que são oferecidos.

O “Informe CORECON” funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra.

Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do “Informe CORECON” — um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

### DADOS TÉCNICOS

Largura das colunas:

|                 |        |
|-----------------|--------|
| 1 coluna .....  | 5,9cm  |
| 2 colunas ..... | 12,5cm |
| 3 colunas ..... | 19,0cm |
| 4 colunas ..... | 25,6cm |

Área útil:

1 página: 31cm x 25,6cm

1/2 página: 15,5cm x 25,6cm

Material para Publicidade: fotolito ou arte-final

Impressão: Off-set — 2 cores

LIGUE: (021) 224-0578 ramal B-3/4

Fax: 221-0958

### TABELA DE PREÇOS

|                 |            |
|-----------------|------------|
| 1 página.....   | 500.000,00 |
| 1/2 página..... | 250.000,00 |
| 1/4 página..... | 125.000,00 |
| cm/coluna.....  | 5.000,00   |

### FECHAMENTO PUBLICITÁRIO

Autorizações, reservas de espaço e entrega de fotolito ou arte-final: dia 15 de cada mês.

Cancelamento de reserva: Por escrito, com 72 horas de antecedência.

OBS.: Os custos de confecção de fotolitos e arte-final correrão por conta do anunciante.

# Entendimento é a saída para a crise

Somente o pacto político viabilizará a retomada do crescimento, garantem economistas

O debate do dia 11 de novembro contou com a participação do vice-líder do PDT na Câmara dos Deputados, Carrion Júnior; o professor Rui Modenesi, do BNDES, e o banqueiro e deputado Ronaldo César Coelho, do PSDB. Todos mostraram-se preocupados com os rumos da economia brasileira após o fracasso dos planos colocados em prática pelo governo Collor, e acreditam que a saída não virá apenas de uma reorientação da política econômica, mas sim de um entendimento político que permita estabelecer e viabilizar um caminho de retomada do crescimento econômico.

“A insegurança do mercado, os mecanismos de auto-defesa criados pelos agentes econômicos após

*Negociação com forças políticas como solução é o consenso do debate*



o primeiro plano da ministra Zélia, e a falta de expectativa favorável presente no começo do governo tornam a implantação de uma nova política econômica, atualmente, muito mais difícil que há dois anos”, disse o deputado Carrion Júnior. Para Rui Modenesi, “o aprofundamento da crise, com a permanência da inflação e da concentração de renda, acirra o conflito distributivo e faz o país beirar à hiperinflação, levado por uma postura ética desagregadora”. Ronaldo César Coelho propõe a discussão de um novo tipo de choque, o “choque de proteínas”. Para ele, é preciso levar para o Congresso a discussão sobre a situação de mais de 50% da população brasileira, que vive em estado de miséria e não tem representação política. “Cada um cuida de seus interesses, dos interesses de seu grupo. A maior bancada do Congresso é a rural, seguida pela bancada do Banco do Brasil. Os interesses de mais da

metade da população brasileira estão de fora. É preciso acabar com a fome, já”, afirma Coelho.

O deputado Carrion Júnior fez um balanço dos quase dois anos de governo Collor, começando pela expectativa que se tinha numa nova política econômica, após o final conturbado do governo Sarney, quando a paralisação dos investimentos e a insegurança levaram a uma alocação maciça dos recursos no chamado mercado especulativo. “O bloqueio desses recursos e um período recessivo eram esperados, e mesmo discutidos entre as assessorias econômicas dos diferentes grupos políticos antes até do primeiro turno da eleição presidencial. Mas a forma como essas medidas foram implementadas revela, além de irresponsabilidade, falta de experiência econômica. Não se poderia mexer na poupança, único referencial seguro num país que tem tradicionalmente baixo nível de poupança, nem se poderia ir tão fundo na recessão. Não se discute

sua eficácia como medida de política econômica, mas num país com alta concentração e baixo nível de renda, a recessão é politicamente inaceitável, socialmente inaceitável e, a médio prazo, ineficaz”, avalia Carrion. Para ele, houve penalização dos recursos alocados no mercado especulativo, e não um redirecionamento deles para a

*“Acabar com a fome, já”,  
é a solução para  
Ronaldo César*

produção. Não foi oferecida qualquer alternativa ao empresariado, desrespeitou-se as regras de mercado e disseminou-se a intranquilidade entre os agentes econômicos. Carrion, que afirmou sempre ter duvidado da possibilidade da hiperinflação no Brasil, dada a conformação do mercado, tradi-

ção, e uma série de características da economia brasileira, agora está receoso do que o país viva essa tenebrosa experiência. “Depois do desatino da ministra Zélia, eu digo que a hiperinflação passa a ser uma alternativa difícil de acontecer no Brasil. Terá que haver bastante incompetência para se chegar a ela, mas já bastante incompetência é suficiente para que a ela cheguemos”.

Rui Modenesi orientou sua explanação pelo conceito de “inflação inercial”, usado por uma autoridade do governo, à época da apresentação do “Emendão” ao Congresso, para explicar as causas da inflação. “A inflação, para mim, é a face mais visível da crise, e sua solução não está restrita ao campo econômico. Ela tem expressão monetária, inegavelmente, mas não é, no fundamental, um desequilíbrio entre oferta e procura da moeda”, avalia.

Continua

“**I**ssso é mais efeito que causa. A inflação no Brasil encobre essencialmente uma intensa luta pela repartição da renda, um conflito distributivo. É esse conflito que faz com que a inflação extravase o campo estritamente econômico. O conceito de “inflação inercial” indica que a inflação presente é determinada, em grande parte, pela própria inflação do passado, através da generalização da prática de reajustar preços e rendimentos pelas taxas do passado, ou seja, a indexação”, explica Modenesi. Mas, para ele, esse conceito obscurece o outro lado do problema: a verdadeira “dinâmica remarcatória”, uma frenética disputa entre os agentes econômicos para se posicionarem na corrida dos reajustamentos de preços e rendimentos. “Inércia não é obra de ninguém”, continua ele, “a corrida envolve a participação dos agentes econômicos. Quem aumenta preço ou reajusta rendimento defende ou amplia seu poder de compra e, nesse sentido, é agente



*Para Carrion, recessão não vai tirar o país da crise*

*Concentração de renda acirra o conflito social, afirma Modenesi*

da inflação inercial. O pensamento conservador, no passado, identificava dois vilões para a inflação: o governo e os assalariados, eximindo os empresários de responsabilidade direta. O conceito de ‘inflação inercial’ fornece um avanço. Com a generalização da indexação, as políticas ortodoxas perderam sua eficácia, e o choque heterodoxo, que prevê a cooperação entre os agentes econômicos para eliminar a realimentação inflacionária, acabou por exacerbar os mecanismos de defesa”, diz Modenesi. Ele acredita que o caminho recessivo é “longo e suicida”, espalhando a miséria e intensificando as tensões sociais do futuro.

Ronaldo Cezar Coelho procurou fazer de sua exposição “uma provocação constante, já que estou em desvantagem por não ser economista”, disse ele. O banqueiro afirmou estar convencido de que

“a saída para o país não é pelos economistas, embora eu tenha encontrado pessoas da mais absoluta boa-fé entre eles”. Coelho acredita que a angústia do momento é a questão ética, o problema da corrupção, mas afirma que isso não é novidade, e que é preciso rever os fundamentos da Justiça, as leis de punição, para por freios na impunidade. “Há quatro anos, num debate aqui no Rio, eu afirmei ser preciso fazer uma revolução ética. Já tive o orgulho de derrubar um ministro, Aníbal Teixeira, ao provar que era de fato corrupto, através da simulação de aceitação de uma proposta de intermediação de verbas para o município de Vasouras. Provamos que na Seplan se fazia intermediação de verbas por meio de companhias de engenharia, mas já saí dessa. Daqui a pouco teremos uma ‘Veja Corrupção’ semanal, assim como temos ‘Veja

Rio’, ‘Veja São Paulo’ e outras”. Coelho afirma que o regime militar instaurou uma verdadeira crença na sociedade de que alguém vai resolver os problemas do país, qualquer que seja a dimensão deles. “Não havia Congresso, Delfim Netto era um ditador que tocou a economia sozinho, e todos os que o sucederam fizeram a mesma coisa. Difundiu-se um sentimento de que o Estado sempre resolve as questões, e cada um tratou de defender seus interesses como indivíduo e como setor”. Mas o deputado revela-se otimista pela primeira vez em muito tempo. “Me parece que, agora, as pessoas estão se convencendo que as perdas atingem a todos. A queda do padrão de vida, da qualidade de vida, já é uma preocupação da classe A, até mesmo pelas ameaças físicas, como os seqüestros, ou pelo constrangimento de andar nas ruas, em meio a

tanta miséria. Não tem mais graça ser rico num país tão pobre. Chegamos a esse ponto num final de processo pela arrogância das oligarquias, que não fizeram a reforma agrária nos anos 50, e está presente até hoje quando, no ano passado, não se conseguiu aprovar o aumento do Imposto Territorial Rural. Isso passou para as cidades, num conluio de elites que dominam o sistema há 40 anos, dominam a capacidade de investimento do país, dominam a própria capacidade de decisão política da sociedade”.

O deputado Carrion Júnior afirma que é necessário retomar a via do desenvolvimento econômico, operando uma mudança de curso no processo de acumulação da economia brasileira. “Aprofundar a recessão é um erro brutal, e é impossível o ministro Marcílio administrar uma política econômica equivocada”. Para Rui Modenesi, “o Poder Executivo poderia encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de superação da crise, con-

templando a retomada do crescimento econômico, a estabilização dos preços e a realização de reformas estruturais nas áreas econômica e social. Deveria submeter essa proposta ao debate público e à negociação com forças sociais organizadas, para receber contribuições e ampliar sua base de sustentação”. Ronaldo Cezar Coelho acredita que é preciso dar “um choque de proteínas” no país, com um programa de alimentação para a população de baixa renda. “É preciso reformar o Estado e, sobretudo, democratizá-lo. Essa é a grande saída. Sou favorável a um aumento da carga tributária para as pessoas físicas acima de um determinado nível, da criação do imposto sobre heranças e outras formas de aumento da receita tributária, mas acho que também é fundamental a busca do entendimento nacional”.

No debate de dezembro, especialistas rejeitam a recessão e propõem retomada do crescimento econômico imediatamente. Mas, sem acordo, dificilmente haverá saída para a crise.

## Gestão de Marcílio só visa o curto prazo

Embora os convidados para a mesa do debate mensal "O Momento Atual", promovido pelo Corecon e pelo Clube de Engenharia, não precisem se ater a um único tema — eles expõem suas idéias sobre temas que consideram importantes —, os cinco debatedores reunidos em dezembro abordaram a crise que aflige a sociedade brasileira. O professor e engenheiro do BNDES Roberto Timóteo, o professor Luiz Roberto Cunha, o deputado federal do PSB Jamil Haddad, o professor Jacob Frenkel e o Secretário Estadual de Agricultura Tito Ryff, analisaram as razões que levaram o Brasil a mergulhar numa crise tão profunda que nos coloca à beira da hiperinflação — um fantasma que há muito tempo se esconde no processo inflacionário crônico, e ameaça mostrar-se por inteiro depois do fracasso dos dois planos econômicos do governo Collor e da dificuldade do executivo em amarrar um entendimento político que permita os ajustes necessários para solucioná-la.

Por diferentes ângulos, os debatedores analisaram a situação do país para chegar a uma mesma conclusão: se o governo não se dedicar à busca de um acordo que lhe permita conseguir credibilidade junto aos vários segmentos da sociedade, para implantação de uma política econômica que vá além das medidas de curto prazo que caracterizam a gestão do ministro Marcílio Marques Moreira, dificilmente o país encontrará a saída para a crise. A necessidade de se retomar a via do crescimento econômico, colocando um ponto final na recessão, também foi unânime entre os convidados ao debate.

O deputado Jamil Haddad apresentou as principais conclusões do seminário realizado pelo PSB em Recife, contidas no documento "Carta de Recife". Ele abordou as características do processo de desenvolvimento do país, que contou com uma forte intervenção do Estado e terminou por desenhar um modelo onde as grandes massas populares foram marginalizadas, estimulando a concentração da renda e aprofundando desigualda-

des regionais. "Desde o governo Juscelino o que acontece neste país é a socialização dos custos e a privatização dos lucros", afirmou Haddad. Ele citou também os resultados de uma política de progressivo abandono dos serviços sociais, fornecendo números assustadores sobre as doenças que atacam os brasileiros. Além do reaparecimento do cólera e da dengue, desde 1990 foram registrados 100 mil ca-

sos de tuberculose, 400 mil de lepra e o crescimento da malária, que chega às capitais. "E temos 12% da população com a doença de Chagas, sem falar dos 10 milhões de brasileiros com esquistossomose e da fome", completou Haddad, que é médico. O deputado também enfatizou em sua intervenção o descaso governamental com a Universidade e a pesquisa, e lembrou que a CPI instaurada para estudar a dívida externa não conseguiu obter dados junto às autoridades sobre os contratos firmados

móteo dedicou seu tempo à exposição de números que demonstram a gravidade da crise que se abate sobre o Brasil, e também sobre alguns países do chamado Primeiro Mundo, como os Estados Unidos. Segundo dados da ONU, para uma população mundial de 4,5 bilhões de pessoas, 1,2 bilhão não tem água potável e 1,7 bilhão não tem esgotos. Essas pessoas estão concentradas no Terceiro Mundo. A fome mata 18 mil crianças por dia, e a fome associada a doenças, 40 mil por dia. 75% da população menos de 15 anos. Nos EUA, a recessão não cede e assusta a classe média. Novamente, os números são eloquentes: um décimo da população norte-americana já recebe auxílio alimentação, 3,4 milhões de trabalhadores recebem auxílio desemprego, 6,8% da população economicamente ativa está desempregada e o número de construções no país chegou ao seu nível mais baixo no século. Como resultado, a aprovação do governo Bush caiu dos 90% verificados logo após a Guerra do Golfo Pérsico para 64% em outubro de 91.

No Brasil, a inflação medida pelo IGPM chegou a 25,62% em novembro, acumulando 351,63% até esse período. A venda de geladeiras e televisões está estável desde 1980, e o consumo de massas e carne bovina per capita no ano está diminuindo significativamente. A parcela de pessoas mal remuneradas era de 73,8% em 1989, e chegou a 76,6% em 1990. A desaprovação popular ao governo Collor chega a 62,6% no Brasil, e 74,1% no Rio. 67,5% dos brasileiros desaprovaram a política econômica do governo. Com base nesses dados, Timóteo defendeu uma discussão ampla em todos os canais de diálogo possíveis buscando o entendimento, "uma unanimidade entre os economistas"; a necessidade de planejamento por parte do Estado; a Reforma Tributária e o fim do "binômio corrupção-impunidade", para que o país retome o crescimento econômico.



“O que se quer é socializar os custos e privatizar os lucros”

Jamil Haddad



“É preciso acabar com o binômio corrupção e impunidade”

Roberto Timóteo



“A mudança súbita da inflação gera descontrole no governo”

Luiz R. Cunha.

des regionais. "Desde o governo Juscelino o que acontece neste país é a socialização dos custos e a privatização dos lucros", afirmou Haddad.

Ele citou também os resultados de uma política de progressivo abandono dos serviços sociais, fornecendo números assustadores sobre as doenças que atacam os brasileiros. Além do reaparecimento do cólera e da dengue, desde 1990 foram registrados 100 mil ca-

desde a década de 60. "Por isso defendemos que seja feita uma auditoria da dívida, pois somente no governo Sarney pagamos US\$ 67 bilhões de serviço da dívida, e cada vez devemos mais". Segundo ele, o PSB se dispõe a sentar-se à mesa com o governo, para apresentar um projeto alternativo, fruto de discussão entre outros partidos e a sociedade, para evitar um maior aprofundamento da crise.

O professor Roberto Ti-

mundial vive na faixa de pobreza, ou abaixo dela, sendo que 77% dos habitantes do planeta estão no Terceiro Mundo, com acesso a apenas 15% da renda mundial.

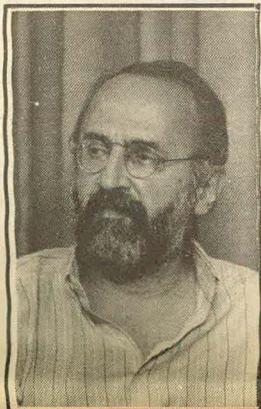
A extrema concentração de renda pode ser avaliada pelos seguintes números: o mundo tem 157 bilionários, dois milhões de milionários e 1,5 bilhão de pessoas vivendo na mais absoluta pobreza, muitas vezes se alimentando com lixo. Dessas pessoas, dois terços têm

CONTINUA

O economista Jacob Frenkel abordou a evolução histórica de uma estrutura econômica industrial que atingiu um determinado ponto e começa a ter problemas: o modelo de substituição de importações. Se esse modelo, que teve conjuntamente facilidade de obtenção de financiamento externo, pode dar uma aparente solução aos problemas estruturais do país e permitir um crescimento rápido, a sua estagnação — iniciada em fins da década de 70, início dos anos 80 — está na raiz dos dramas que afligem hoje a sociedade brasileira.

Segundo Frenkel, o dilema não é de curto prazo, e não se trata apenas de resolver a inflação. “O processo inflacionário é parte desse modelo estagnacionista. Vários economistas falavam sobre isso há mais de 10 anos”. Para Frenkel, o impasse é político. “Existem interesses firmados ou ligados diretamente ao processo de crescimento anterior, ou vinculados a grupos políticos tradicionais”, diz ele. A eleição não conseguiu solucionar esse problema, e o Executivo sofre “uma série de confusões, como o que chamo de esquizofrenia política, não busca uma base que legitime sua ação, não aceita apoio do PFL. Collor quer ser moderno e busca apoio na intelectualidade paulista, mas não consegue uma articulação política que o ligue a esses grupos”. O professor acredita que para resolver o problema de tamanha dimensão e multifacetado como a estagnação de um modelo econômico, num

país que precisa urgentemente de crescimento econômico — pois não tem mecanismos de proteção do trabalhador como nos EUA, por exemplo — o governo tem a obrigação de buscar o entendimento. “Até porque, historicamente, a hiperinflação aparece quando o governo, como representante das forças sociais, está totalmente destruído, e a população não acredita nele como possível orientador de qualquer política econômica”. Segundo ele, ainda não é o nosso caso, mas essa percepção é crescente na sociedade brasileira e, se isso se exacerbar ao má-



“A inflação é parte do modelo estagnacionista. O impasse é político”

Jacob Frenkel

ximo, chegaremos à hiperinflação quaisquer que sejam as medidas econômicas a serem adotadas.

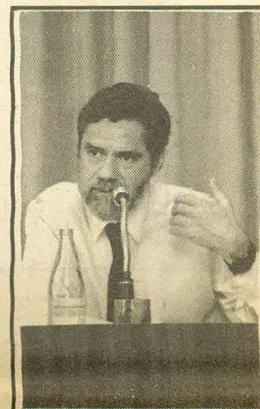
O professor Luiz Roberto Cunha levou uma proposta bastante objetiva para o debate. Preocupado com a continuidade da inflação, e os efeitos sobre a sociedade, Cunha analisou três alterna-

tivas possíveis no curto prazo para reverter as mudanças rápidas nas expectativas geradas pelo salto do índice de inflação. “Essa mudança muito súbita de patamar de inflação gerou descontrole até mesmo dentro do próprio governo”, disse Cunha. O governo, utilizando mecanismos ortodoxos — taxa de juros real muito alta e recessão — vem tentando contornar a situação com medidas de curto prazo, procurando ganhar tempo. Mas, perguntou Cunha, tempo para quê? Para tentar fechar um acordo externo, pois qualquer choque externo joga a inflação para cima — o risco é permanente.

Analisando as alternativas que se apresentam no curto prazo — a tentativa de “choque liberal” do governo, e uma possível “segunda mágica”, a dolarização da economia, como se verifica na Argentina — Cunha levanta uma outra proposta: negociação, com estabelecimento de regras para preços e salários via algum pacto social. Pelo lado técnico, ele propõe usar o mecanismo de aceleração da inflação para proteger os salários, com política coordenada de preços relativos. “A idéia é fixar metas de inflação, que não garantem sua queda rápida como numa política de congelamento — que já se revelou ineficaz e geradora de muitos mecanismos de defesa por parte dos agentes econômicos — negociada em câmaras setoriais”, diz ele. As taxas seriam diferenciadas. Setores que já elevaram seus preços muito acima da meta fixada, teriam zero de reajuste. Por outro lado, setores que, por exemplo, tivessem

que conceder reajustes salariais no período, teriam possibilidade de elevar os preços acima da meta de inflação fixada.

Cunha ressalva que essa proposta pressupõe um acordo político, e prevê ainda incentivos para quem cumprir metas e penalizações para os que descumprirem. “A idéia é fugir das mágicas, como congelamento, que trazem ônus para a sociedade por muitos anos, e a dolarização, que faz perder o controle sobre a moeda, fundamental para a manutenção da independência a soberania de uma sociedade. A continui-



“A sociedade carece de maturidade para o entendimento político”

Tito Ryff

dade da recessão ou novas mágicas vão nos levar à hiperinflação. Aí a solução virá, mas somente para os poucos que sobreviverem”, afirmou Cunha.

O secretário de Agricultura Tito Ryff também avalia que a iminência da hiperinflação é a ameaça mais séria que paira sobre a

sociedade brasileira. “As condições do Brasil são muito diferentes das da Alemanha de 1922, que enfrentou a hiper. Com uma distribuição de renda perversa, níveis de renda per capita muito baixos, concentração da população na faixa litorânea e nas grandes capitais, além das dimensões continentais do país, a hiperinflação teria conseqüências políticas, sociais e institucionais absolutamente imprevisíveis”, afirmou.

Ryff identifica três crises no país: a econômica, a política e uma profunda crise moral e institucional. Para debelar a crise econômica, ele acredita serem necessárias as reformas fiscal e financeira, e o entendimento nacional, “que deve girar em torno da questão da política de rendas — preços, salários, aluguéis e juros. O entendimento reduz os custos do combate à inflação”, disse. Mas ele ressalva que, infelizmente, a sociedade brasileira não tem “maturidade” para o entendimento. Quanto à crise política, Ryff acredita que “a democracia exige o voto distrital, com a redução do número de partidos e candidatos, e a elevação do debate político”. A crise institucional, para o secretário, pressupõe uma reforma educacional séria e profunda. “A desestruturação da família brasileira realçou o papel da escola na educação, e o nosso ensino é elitista, voltado para a reprodução da discriminação social. É preciso uma descentralização dos currículos, de acordo com as necessidades regionais”.

INFORME  
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR 52.2246/86

